

## **ACTA DA SÉTIMA ASSEMBLEIA DA COMUNIDADE URBANA DA LEZÍRIA DO TEJO (CULT)**-----

--- Aos vinte e oito dias do mês de Junho do ano de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, reuniu-se a Assembleia da CULT, Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, na sequência de Convocatória efectuada ao abrigo do disposto na alínea a), do nº 2, do artº 14º, da Lei 10/2003, de 13 de Maio e de acordo com a Ordem do Dia, antecipadamente divulgada junto de todos os seus deputados. -----

-----  
--- Os respectivos trabalhos tiveram início pelas 20 horas e 30 minutos, tendo a Senhora **Presidente da Assembleia da CULT**, Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz (PS), dado as boas vindas a todos os presentes, sendo eles: Carlos Alberto Salvador Pernes, Armindo Castelo Bento, José Luís Marques Cabrita, José Joaquim de Jesus Braz, António Pratas Cardoso, Manuel Santos Coelho, Manuel Correia Nunes, Luísa Pinheiro Portugal, Isabel Maria Pinto de Almeida, António José Rodrigues, Paulo Francisco de Mello e Araújo do Espírito Santo, Maria Luísa de Freitas Pato Afonso Dias, Carlos Manuel Luís Catalão, Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes, Jaime Manuel Teodoro Santos, Carlos Manuel Russo Mota, João Pedro Antunes Osório, José Manuel Bento Sampaio, Maria Margarida Avelar Santos Nunes Netto, Luís Manuel Leandro da Silva, José Francisco Dias Nunes, Rogério Mendes Coito, João Miguel Gonçalves Lopes, Carlos José Pratas da Silva, Júlio do Carmo Cabecinha Rosado e Hélder Manuel de Oliveira Agapito, em substituição de Pedro Filipe de Oliveira Soares Malaca.-----

--- Faltaram à reunião os seguintes membros: Hélder Nuno Jesus Cruz de Oliveira Pombo, António José Pereira Góis dos Santos Nascimento, Paulo Martinho Cardoso, António Mário Valada Rodrigues Figueiredo, Bruno Miguel Lince Mariano Medinas, Vera Lúcia Pedro Coelho Santos Veríssimo Noronha, Fernando Manuel Duarte dos Santos, António Maria de Almeida Calado Maia, Rui Augusto Nabais e Pedro Filipe de Oliveira Soares Malaca.-----

--- Os deputados Rui Augusto Nabais, Vera Lúcia Pedro Coelho Santos Veríssimo Noronha e Pedro Filipe de Oliveira Soares Malaca apresentaram a respectiva justificação de falta. -----

--- Foi a seguinte a Ordem de Trabalhos da Sessão:-----

**Período «Antes da Ordem do Dia»**-----

**Período da «Ordem do Dia»:**-----

**Ponto Um** - Apreciação e votação das Actas da 5ª e 6ª Sessões da Assembleia da CULT;-----

**Ponto dois** - Apreciação e votação da 1ª Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano.-----

-----  
--- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

--- **A senhora Presidente da Assembleia da CULT, Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz (PS)**, deu início à sessão da Assembleia, saudou todos os membros e informou os presentes da entrada na Mesa de quatro moções. Prosseguiu dizendo que, após uma troca de impressões entre os membros da Mesa, se concluiu que existe a necessidade de não fazer coincidir as reuniões da Assembleia da Comunidade Urbana com a última semana dos meses em que está estipulado que se realizem, por forma a que não coincidam também com as Assembleias das Câmaras Municipais. Concluíram que as reuniões ordinárias da Assembleia da CULT, salvo por razões extraordinárias, deverão ser desenvolvidas na segunda ou na terceira semana do mês respectivo. Caso haja necessidade de convocar reuniões extraordinárias, as mesmas serão acordadas entre os membros da Mesa. A senhora Presidente solicitou ainda aos senhores deputados Armindo Castelo Bento, Hélder Nuno Jesus Cruz de Oliveira Pombo, José Luís Marques Cabrita, José Joaquim de Jesus Vaz, Bruno Miguel Lince Mariano Medinas, Manuel Santos Coelho, Luísa Pinheiro Portugal, Isabel Maria Pinto de Almeida, António Maria de Almeida Calado Maia, Luís Manuel Leandro da Silva, Pedro Filipe de Oliveira Soares Malaca, João Miguel Gonçalves Lopes e Carlos José Pratas da

Silva que contactassem o funcionário administrativo da CULT, para entrega de documentos ou fotografias em falta. A senhora Presidente terminou informando que após reunião da Mesa e consulta aos respectivos grupos parlamentares ficou constituída a Comissão para Avaliação do Regimento, composta por Armindo Bento, em representação do PS, João Osório, em representação da CDU, Valada Rodrigues, em representação do PSD, Isabel Pinto de Almeida, em representação do Bloco de Esquerda, e Maria Margarida Netto, em representação do CDS/PP. Solicitou que os referidos membros encontrassem a data para a primeira reunião, para de seguida começarem a desenvolver-se os trabalhos e chegar-se à redacção final do novo documento que estabelece o Regimento de funcionamento da Assembleia da CULT. -----

-----  
--- A senhora **Presidente da Assembleia da CULT (PS)** passou de imediato para o período antes da Ordem do Dia, tendo aberto as inscrições para as intervenções.-----

-----  
--- **No período antes da Ordem do Dia** usou da palavra o senhor **deputado Armindo Castelo Bento (PS)**, colocando cinco questões à Junta da CULT. Em primeiro lugar, quis saber qual o ponto de situação do Estudo de Mobilidade e Transportes na Lezíria do Tejo, uma vez que no dia 28 de Dezembro de 2005, em reunião da Assembleia da CULT, foi mencionado pelo senhor Administrador Executivo que o estudo estava praticamente finalizado. Em segundo lugar, o senhor deputado pretendeu ser informado sobre os seminários e encontros que estavam previstos ocorrer no âmbito da Agenda XXI e que, na sua opinião, não teriam ocorrido. Em terceiro lugar, mencionou a questão dos Seguros dos membros da Assembleia da CULT, dado que as Assembleias Municipais não cobrem esta situação, pretendendo saber se existe algum seguro que cubra as deslocações efectuadas à CULT. Em quarto lugar, abordou as Águas do Ribatejo, dizendo que não via problemática alguma relativamente à Câmara de Santarém, uma vez que senhor Presidente da Câmara de Santarém fez o que

devia: aproveitou uma oportunidade. Quanto às contrapartidas na ordem dos 35 milhões de Euros que a Câmara de Santarém terá obtido, o senhor deputado explicou que na sua Assembleia Municipal, aquando da votação da adesão de Almeirim às Águas do Ribatejo, não se votaram de certeza essas contrapartidas. Quis salientar esta situação porque as contrapartidas vão sempre sendo pagas pelos munícipes, não achando correcto que os munícipes de Almeirim paguem por aquilo que o senhor Presidente da Câmara de Santarém obteve. Assim, quis saber se os termos do futuro contrato com a empresa Águas do Ribatejo implicam também as contrapartidas. Em quinto lugar, solicitou informações sobre uma notícia do Jornal O Mirante intitulada “CULT contrata empresa sem habilitações”. Na notícia é dito que a empresa que terá sido contratada pela CULT não cumpre os requisitos técnicos, nem tem capacidade técnica para o exercício das funções a que se destina. Segundo o senhor deputado, trata-se de uma situação grave, se a notícia estiver correcta. Adiantou que a referida empresa concorreu em mais Câmaras e foi excluída em todas elas por não ter capacidade para prestar serviços de Higiene e Segurança do Trabalho. O senhor deputado quis saber se os juristas da CULT tiveram em conta esta situação. No que diz respeito às moções apresentadas na sessão, o senhor deputado deu os parabéns à recomendação da CDU, relativamente aos CIRVER. Lembrou que em Novembro de 2005 a CDU votou contra uma moção idêntica apresentada pelo PS na Assembleia Municipal de Almeirim e, tendo em conta a mudança de opinião, considerou o senhor deputado que foi uma boa evolução da CDU num espaço de seis meses.-----

--- Usou da palavra o senhor **deputado José Francisco Dias Nunes (PS)**, sugerindo ao senhor Presidente da Junta da CULT que começasse a entregar um relatório de actividades da Junta, para que a Assembleia também tivesse conhecimento do que se passa. Sugeriu também ao senhor Presidente da Junta a compra de vários aparelhos para detectar fugas de água nas condutas, ficando os mesmos ao serviço dos 11 Municípios da CULT. Com a seca, com a dificuldade no aproveitamento das águas e sabendo-se que há uma grande

perda de água nas condutas seria uma mais-valia para todos os Municípios. Solicitou também um esclarecimento ao senhor Presidente da Junta sobre o resultado da reunião ocorrida no mesmo dia sobre o QREN 2007-2013.-----

--- Usou da palavra o senhor **deputado António José Rodrigues (CDU)**, que começou por cumprimentar todos os membros da Assembleia presentes. A sua intervenção baseou-se numa moção apresentada na Assembleia pelo grupo da CDU, sobre o encerramento da fábrica da OPEL de Azambuja. Explicou o senhor deputado que quando esta problemática se começou a colocar, pensava que era uma forma de chantagem entre a Administração da OPEL e o Governo Português. Infelizmente, e de acordo com os últimos desenvolvimentos, chegou-se à conclusão de que não se tratava de uma questão de chantagem para obter mais subsídios. Na verdade, os 1100 trabalhadores daquela empresa correm sérios riscos de ficar no desemprego a curto prazo. A preocupação do senhor deputado foi no sentido de manifestar o seu desagrado e fazer parte dos subscritores que apresentaram a moção, de forma a que de alguma maneira pudesse solidarizar-se com os trabalhadores da OPEL de Azambuja, cujos postos de trabalho estão a ser postos em causa, afectando gravemente sobretudo os Concelhos de Azambuja, Alenquer e Cartaxo, entre outros. Terminou apelando a todos os membros da Assembleia para que se solidarizassem, aprovando a moção em causa.-----

--- Usou da palavra o senhor **deputado José Joaquim de Jesus Braz (CDU)**, afirmando que a questão dos CIRVERS tem sido acompanhada por todas as forças políticas, nomeadamente no concelho da Chamusca, onde todos têm tomado uma posição unânime na defesa dos interesses da população e da região. Como tal, felicitou o facto de Almeirim já se ter pronunciado sobre o assunto, mas referiu que também gostaria que a Assembleia da CULT se pronunciasse favoravelmente. Para além disto, o senhor deputado, bem como dos restantes membros da CDU, propuseram que se efectuassem diligências pela CULT junto das entidades oficiais, nomeadamente no Poder Central, para que o IC3 ligue a curto prazo Almeirim, Alpiarça e Chamusca à A23, permitindo

desta forma que o transporte de resíduos perigosos não passe pelas localidades. O senhor deputado e os restantes membros da CDU na Assembleia recomendaram também que sejam tidas em conta as necessidades de formação e de equipamentos da Protecção Civil e Bombeiros da região, para que estes possam em devido tempo, aquando da ocorrência de eventuais acidentes, acorrer e resolver todos os problemas.-----

--- Usou da palavra o senhor deputado **José Luís Marques Cabrita (CDU)**, que, no âmbito das Águas do Ribatejo, considerou ser importante que a Assembleia fosse informada dos termos do contrato a celebrar e das contrapartidas que a empresa a quem foi adjudicada a celebração do contrato para a constituição da empresa concede a cada um dos Municípios. Reforçou também a solicitação que já foi feita, no sentido de ser fornecido aos membros da Assembleia, em conjunto com a convocatória da reunião, um relatório das actividades desenvolvidas entre cada uma das Assembleias. Por último, no que toca à moção apresentada sobre a revisão da Lei das Finanças Locais, o senhor deputado referiu que, da leitura que faz dessa proposta de lei, o Governo não visa recuperar a capacidade financeira das autarquias. Antes pelo contrário. Com esta proposta de lei, o Governo irá diminuir ou aliviar o Orçamento de Estado das transferências para cada um dos Municípios. Segundo o senhor deputado, a Lei é extremamente gravosa para as autarquias locais e, a ser aprovada nos termos em que está proposta, será um retrocesso em relação à autonomia e à capacidade de desenvolvimento de cada uma das autarquias. Em relação a este assunto, o senhor deputado considerou que o Poder Local deve tomar posição, bem como a CULT.-----

--- Usou da palavra o senhor deputado **Manuel Santos Coelho (CDU)**, questionando a Mesa sobre o ponto de situação relativo aos IC que atravessam o Distrito: IC10, IC13 e IC3, questão já levantada na anterior Assembleia. Nessa altura, o senhor deputado referiu uma Moção que tinha sido aqui aprovada e a senhora Presidente ter-se-á comprometido a fazer diligências para saber do ponto de situação. Questionou, assim, se já haveriam respostas sobre o

assunto. Uma segunda questão teve a ver com a ADSL – Banda Larga. O senhor deputado lembrou que o senhor Primeiro-Ministro referiu que o País finalmente estaria abrangido na sua totalidade por este serviço. Segundo o senhor deputado, alguém anda a prestar informações incorrectas ao senhor Primeiro-Ministro, porque por exemplo no concelho de Coruche há muitos lugares com mais de 200 habitantes que não têm acesso à ADSL. A freguesia de Vila Nova da Erra nem tem acesso a esse serviço. O senhor deputado concluiu que seria interessante se a Junta da Comunidade Urbana pudesse fornecer um mapa real da cobertura actual que a PT faz da ADSL e, no caso de não existirem estes dados, até que ponto seria possível através das Câmaras e das Juntas de Freguesia obtê-los. Na opinião do senhor deputado, para além da falsa expectativa criada às pessoas, existe a agravante de que através da PT foi solicitado aos utentes dos telefones que requisitassem kits e fizessem pré-pagamentos para poderem beneficiar desta prestação. As pessoas fizeram-no, mas depois de instalados os kits chegou-se à conclusão que em muitos locais não há rede. Sendo assim, solicitou o senhor deputado que se fizesse um levantamento dos 11 concelhos da CULT que não estão abrangidos, confrontar a PT com esta situação e posteriormente informar o senhor Primeiro-Ministro que o que ele disse não corresponde à realidade.-----

--- Usou da palavra o senhor deputado **Carlos Manuel Luís Catalão (PS)**, que, mencionando a intervenção senhor deputado Manuel Santos Coelho, referiu existir uma incoerência ou falta de referência, uma vez que não é só a PT que faz a ligação em Banda Larga, cabendo também essa função à TMN, Vodafone e Optimus, através dos seus serviços 3G. Portanto, provavelmente o senhor Primeiro-Ministro deverá ter em conta que não é só um operador que tem essa disponibilidade de serviço. No que diz respeito às Águas do Ribatejo, o senhor deputado solicitou ao senhor Presidente da Junta da CULT resposta para algumas questões: afinal a que é que assistimos? A chantagem pública sistematizada e transmitida através dos jornais vingou? Ou há uma tentativa de fugir novamente ao que foi acordado há dias? O senhor deputado referiu que o

senhor Vice-Presidente da Câmara de Santarém disse na Comunicação Social não esperar que surjam novos problemas no processo Águas do Ribatejo, após reiterar que Santarém conseguiu contrapartidas na ordem dos 35 milhões de Euros. Será que esta informação se trata apenas de uma mera especulação imobiliária, com a venda de alguns terrenos do Campo Emílio Infante da Câmara? Sendo este o último espaço nobre de construção em Santarém, o senhor deputado considerou que o senhor Presidente da Câmara quererá rentabilizar os terrenos ao máximo, vendendo-os para fazer então uma nova sede da Câmara Municipal. O senhor deputado disse ser necessário fazer estas clarificações, dado que de outra forma o negócio pode ficar inquinado, não fazendo sentido estarem a ocorrer sistematicamente avanços e recuos num projecto que é importante para Santarém e para todos os municípios que integrarão a empresa. Segundo o senhor deputado, de uma vez por todas é importante clarificar e avançar para aquilo é importante, deixando para trás os acessórios e as manobras populistas, propagandistas e de chantagem, que não ficam bem a Santarém.-----

--- Usou da palavra o senhor deputado **Luís Manuel Leandro da Silva (PSD)**, afirmando que a sua bancada iria votar favoravelmente a moção apresentada pela CDU sobre a questão da OPEL. No entanto, para além daquilo que consta na moção, afirmou o senhor deputado que infelizmente o encerramento da unidade da GM em Azambuja vai ser uma realidade a curto prazo, programada para dia 31 de Outubro. Em função disso, há que ir mais longe e verificar o que vai ser necessário efectuar para ressarcir toda a região deste problema, nomeadamente a criação de apoios excepcionais para os concelhos afectados (principalmente Azambuja, Cartaxo e Alenquer), apoios esses que se traduzam no desenvolvimento de parques industriais, de apoio à criação de novas unidades que se possam desenvolver e ficar radicadas nesses concelhos, que façam parte do tecido produtivo e social desses concelhos. De acordo com o senhor deputado, a CULT poderia também, em conjunto com as câmaras mais afectadas, desenvolver junto do Governo exigências nesse sentido. Há que

equacionar também medidas excepcionais de apoio social. Por outro lado, o Governo irá possivelmente receber a médio prazo da OPEL a indemnização devida por incumprimento de contrato, verbas que, na opinião do senhor deputado, devem ser investidas nos concelhos afectados.-----

--- Usou da palavra o senhor deputado **João Pedro Antunes Osório (CDU)**, que, em nome da CDU, pretendeu saber se a constituição de empresas para a prestação de serviços na área da Comunidade Urbana estava devidamente licenciada, nomeadamente as empresas de higiene e segurança, uma vez que foi adjudicada a prestação deste serviço a uma empresa que não está devidamente credenciada. Na opinião do senhor deputado, esta situação pode dar azo a que outros contratos futuros venham a ser também celebrados com empresas que ainda tenham possivelmente em registo a sua patente ou a sua efectivação. De acordo com o senhor deputado, as empresas não credenciadas deveriam ser imediatamente excluídas na recepção das candidaturas, fazendo-se um novo concurso caso necessário.-----

--- Usou da palavra o senhor deputado **João Miguel Gonçalves Lopes (PSD)**, que mencionou também o contrato de higiene e segurança no trabalho, tendo ficado surpreendido pelo mesmo ter ido a votação na Câmara Municipal de Almeirim. Uma das cláusulas referia especificamente que a empresa não estaria licenciada e que esse contrato poderia ser rescindido a qualquer altura caso a empresa não obtivesse a devida licença. O senhor deputado referiu que lhe foi dada uma explicação pelo vereador Pedro Pisco dos Santos, após explicações do Executivo do PS, de que haveriam poucas empresas com a licença atribuída e que das que se apresentaram a concurso nenhuma tinha licença. Portanto estariam todas em pé de igualdade. Na opinião do senhor deputado, se nenhuma delas se apresentava com licença, a única solução seria anular o concurso e efectuar um novo concurso por convites. Segundo o senhor deputado, como Estado, devemos respeitar o Estado. Temos que ser os primeiros a dar o exemplo. O senhor deputado solicitou posteriormente à Junta da CULT que os membros da Assembleia tivessem acesso aos concursos ou a

algo que seja adjudicado ou contratado pela CULT, com um resumo dos vários concorrentes, preços e condições que se apresentaram. Tudo por uma questão de transparência. No que toca à moção sobre a revisão das Finanças Locais, ela também mexe nas empresas municipais e pretende claramente restringir o endividamento, uma vez que têm havido muitas situações em que as autarquias se têm endividado em demasia e outras situações em que as autarquias não sabem muito bem quantos funcionários têm, devido a uma grande quantidade de contratados e avençados. Aliás, nem o próprio Estado sabe. Na opinião do senhor deputado, as despesas correntes têm subido muito em todo o lado e têm que ser impostos limites ao endividamento das Câmaras. Para além da proposta da Lei das Finanças Locais, relativamente às empresas municipais também há duas medidas que são positivas. Uma delas é a consolidação de contas e a outra é a incompatibilidade por uma questão de transparência, em que quem é membro do Executivo de uma Câmara não pode pertencer ao conselho de administração das empresas municipais. De acordo com o senhor deputado, a sua bancada sempre defendeu e defenderá a transparência. Por isso, o PSD não pode concordar a 100% com aquilo que consta da moção sobre a revisão da Lei das Finanças Locais. Relativamente à moção sobre os CIRVER, a sua bancada concordou com o seu conteúdo. O senhor deputado lembrou que na reunião anterior levantou várias questões sobre o assunto à Junta da CULT, tendo esclarecido algumas dúvidas e solicitado para outras que fossem remetidas para entidades oficiais. Assim, de acordo com o senhor deputado, esta moção acaba por vir um pouco atrasada, no sentido em que já foram colocadas aqui uma série de questões. Terminou solicitando que lhe respondessem às questões que colocou na reunião anterior.-----

--- Usou da palavra o senhor deputado **Paulo Francisco de Mello e Araújo do Espírito Santo (PS)**, começando por mencionar a moção sobre o encerramento da fábrica da OPEL e afirmando que todos nós andamos a falar do politicamente correcto, mas nenhum de nós teve a coragem de dizer claramente como é a situação. Disse ter ficado extremamente admirado com o facto da

bancada do PSD ir votar favoravelmente a moção. Também se admirou com o facto da mesma bancada e bancadas mais à direita não tomarem uma posição, dizendo que é uma empresa privada e tem direito a deslocar-se. O senhor deputado disse estar profundamente solidário com os trabalhadores, tal como todos deviam estar solidários com os trabalhadores que foram despedidos nas fábricas do Norte. Lembrou que a situação da OPEL de Azambuja não acontece devido a baixas produtividades. Era uma das fábricas que tinha melhor produtividade. Trata-se antes de uma questão de contenção de custos da GM. O senhor deputado disse ter ficado também admirado com o facto da bancada da CDU dizer que concorda com uma exigência que consta na moção, onde se defende ser fundamental que o Governo assuma a sua responsabilidade, mas afirma de seguida que obviamente que o Governo vai exigir as indemnizações por incumprimento de contrato. De acordo com o senhor deputado, isto é uma incoerência. Referiu ainda que este tipo de moções são hábeis, porque no meio das premissas surge uma questão contextualizada. O senhor deputado afirmou concordar com o primeiro ponto da moção, que diz “manifestar uma profunda preocupação e total solidariedade para com todos os trabalhadores afectados e suas famílias”. No entanto, quando surge a expressão “exigir do Governo”, presume-se que temos que exigir porque o Governo não o vai fazer. Apesar de concordar profundamente com a preocupação relativa à situação dos trabalhadores, o senhor deputado disse não poder aceitar a expressão “exigir do Governo”. Lembrou que o Ministro da Economia já tinha dito que iria exigir o pagamento dos apoios que a GM recebeu da Comunidade Europeia. Portanto, não está correcto exigir algo ao Governo, quando já se sabe que o Governo vai exigir o referido pagamento. Segundo o senhor deputado, devem é ser tomadas medidas de solidariedade para com os trabalhadores e com a Azambuja. Terminou dizendo que iria abster-se a esta moção.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT (PS)**, questionando se alguém queria intervir acerca das moções, para depois se avançar para os esclarecimentos do senhor Presidente da Junta da CULT.-----

--- Usou da palavra o senhor deputado **Luís Silva (PSD)**, começando por afirmar que não sabia porque é que o seu estimado amigo deputado Paulo Espírito Santo ficou assim tão admirado, explicando que o PSD tem acompanhado desde o princípio o assunto da Fábrica da OPEL junto da Comissão dos Trabalhadores da OPEL, sendo normal que o PSD acompanhe assuntos que dizem respeito aos trabalhadores. O senhor deputado lembrou que o PSD é um Partido que incorpora muitos trabalhadores nas suas fileiras e os trabalhadores serão talvez a principal preocupação que o PSD tem. O senhor deputado prosseguiu dizendo que é claro que preocupa ao PSD a parte empresarial e a economia no seu todo, mas não descarta a outra parte. Por outro lado, na opinião do senhor deputado, o Governo tinha a responsabilidade de ter acompanhado este assunto pelo menos com a mesma atenção que o PSD, ao nível local, tem acompanhado. Verificou-se ao longo do tempo que o senhor Ministro da Economia recusou praticamente assumir este assunto na sua agenda, até quase ao fim do mês de Maio. Praticamente quando já não haviam conversações para fazer com a General Motors é que veio propor conversações e um prolongamento de cinco semanas da publicitação da decisão da GM, quando ela já estava completamente tomada. Segundo o senhor deputado, a GM, a determinada altura, tomou uma decisão de ficar neste País, em função de um contrato que fez com o Estado, obtendo benefícios. Portanto, o senhor deputado considera ser exigível que a GM cumpra o contrato ou assumira a respectiva indemnização. É também exigível que as regiões afectadas sejam alvo de uma atenção especial, devido à crise social e económica que este assunto vai provocar.-----

--- Usou da palavra o senhor deputado **António Rodrigues (CDU)**, para fazer um reparo ao senhor deputado do Partido Socialista, Paulo Espírito Santo, em relação à intervenção que fez e à admiração que manifestou sobre uma parte do conteúdo da moção sobre a OPEL de Azambuja. O senhor deputado afirmou que nada do que está escrito ou daquilo que foi dito realça qualquer tipo de contradição em relação à solidariedade a prestar aos trabalhadores e à

actuação que o Governo já teve. Ninguém colocou em causa que o Governo não tem acompanhado devidamente esta situação. Efectivamente tem acompanhado. Mas o que se pretende é que o Governo continue a apoiar com uma actuação forte e empenhada. É preciso respeitar os compromissos assumidos, que têm a ver com os subsídios sem retorno que o Governo cedeu há uns anos atrás. O objectivo é defender os trabalhadores e os postos de trabalho e, se isso não for possível, partir para reivindicação dos subsídios de forma que o Estado seja reembolsado.-----

--- Usou da palavra o senhor deputado **Carlos Catalão (PS)**, voltando a mencionar a moção relativa à Fábrica da OPEL e dizendo que o Governo, e sobretudo o senhor Ministro da Economia, tem-se pautado por uma firmeza sem igual em relação a esta matéria. Numa primeira instância tentou junto da administração da GM Europa que o fecho da OPEL de Azambuja não fosse tomado como facto consumado. Seguidamente teve uma atitude muito firme quando disse que se a GM não cumprir aquilo que está protocolado com Estado, há que pedir a devolução de todos os incentivos dados, como faz qualquer empresa que celebra protocolos no âmbito de incentivos. O senhor deputado lembrou também que o senhor Ministro da Economia teve uma acção preponderante no caso da Auto Europa e também de muita responsabilidade na manutenção daquela fábrica e tem tido uma acção importantíssima na questão da OPEL. Por seu lado, as deslocalizações estão na ordem do dia e as empresas multinacionais têm vampirizado os países e os subsídios. As deslocalizações têm fases boas e fases más. No que diz respeito à moção da revisão da Lei das Finanças Locais, o senhor deputado considerou que esta moção é extemporânea, dado que o projecto foi apresentado para ser discutido com os parceiros, Associação Nacional de Municípios, ANAFRE, etc. Depois será discutido em sede do Parlamento. Para além disso, o senhor deputado verificou algumas incorrecções, nomeadamente quando se diz que no IRS a participação cobrada de cada município é de 2%, mas na verdade é de 5%. Concluiu dizendo que não iria votar favoravelmente esta moção, porque ser

extemporânea e incorrecta.-----

--- Usou da palavra o senhor deputado **José Luís Cabrita (CDU)**, dizendo que a questão da Auto-Europa não era comparável à situação da GM. Adiantou que os reflexos dos acordos que ao longo dos anos têm vindo a ser celebrados com a Auto Europa já se começam a fazer sentir na economia portuguesa e muito mais se irão fazer sentir nos próximos tempos. No que toca à posição que o Governo tem vindo a tomar em relação a esta questão da GM, na opinião do senhor deputado era descabido estar a invocar posições do Governo, pois este não se tem pronunciado sobre o assunto alegando que as negociações estão a decorrer. Quanto à moção relativa à revisão da Lei das Finanças Locais, o senhor deputado considera que ela não é extemporânea, não fazendo sentido apresentar uma moção depois da Lei de Finanças Locais estar aprovada. O assunto tem que começar a ser discutido. O senhor deputado disse concordar que as autarquias devam ter transparência na sua administração e na sua gestão. No entanto, na opinião do senhor deputado, há sobretudo uma preocupação em aliviar o Orçamento Geral do Estado, diminuindo as receitas das autarquias, e não uma preocupação com a transparência em termos da gestão do Poder Local.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT (PS)**, pedindo para, e uma vez que iria ser apreciado o novo Regimento da Assembleia da Comunidade Urbana, os partidos políticos encontrassem uma forma regimental que cumprisse, mesmo com a apresentação de moções, os períodos que estão estipulados para Antes da Ordem do Dia, de uma hora com mais meia hora de período de extensão, ou prolongasse para a sessão seguinte.-----

--- Usou da palavra o senhor deputado **Paulo Espírito Santo (PS)**, dizendo que sabia que era uma pessoa com muito carisma, de tal forma que o senhor deputado do PSD, Luís Silva, já o trata por amigo. Prosseguiu dizendo que provavelmente não penetrará tão fundo dentro do seu pensamento. Afirmou que, obviamente, o senhor deputado do PSD se preocupa com os

trabalhadores, não tendo ninguém contestado isso. No entanto, o senhor deputado afirmou ter ficado admirado com a posição do PSD, na medida em que o PSD defende a livre iniciativa e o mercado aberto, e a situação da GM é uma situação de mercado aberto. Em relação aos deputados da CDU, o senhor deputado explicou que as respectivas intervenções faladas foram correctas, mas em termos da escrita inferem-se outras coisas das palavras.-----

--- Usou da palavra o senhor deputado **Armindo Bento (PS)**, dizendo que toda a gente sabe que a OPEL foi condenada em 2003. Quando na Auto Europa se tinha a noção que era parco recuperar os postos de trabalho, na GM faziam-se greves para obter mais 75 Euros de aumento por mês. O senhor deputado prosseguiu dizendo que pensava que os sindicalistas iriam fazer uma pequena reflexão, dizendo que assumiam os erros que cometeram estrategicamente na GM. Mas não foi isso que aconteceu. Por outro lado, o PSD foi um partido que destruiu 100 000 postos de trabalho. O senhor deputado afirmou que o Governo do PS assumirá as suas responsabilidades. Em 2003, o então Ministro da Economia não quis saber do que se passava na GM, enquanto se começava a construir a fábrica de Saragoça. Assim, na opinião do senhor deputado, não faz mal assumirmos os erros que cometemos e trabalharmos e sermos solidários com os trabalhadores que ficam no desemprego. Adiantou que o Governo do PS é um Governo que entende que as empresas também têm uma função social, ao contrário de outros Governos. Terminou afirmando estar certo de que o Governo não abandonará os trabalhadores da OPEL de Azambuja, ao contrário do que fez o PSD em 2003, nem fará com que os trabalhadores caminhem para o abismo, como fizeram os sindicalistas do Partido Comunista em 2003.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT (PS)**, começando por mencionar o Estudo de Mobilidade da Lezíria e dizendo que foi concluído, entregue na Junta e enviado à Direcção Geral dos Transportes Terrestres para se pedir o seu parecer acerca dele. -----

--- No que diz respeito aos seminários temáticos para a Agenda XXI, há a

intenção de se realizarem para serem discutidos os temas que porventura possam estar na base das propostas que a CULT vai fazer para o próximo Quadro Comunitário de Apoio – o QREN - sobre o qual decorreu uma reunião com a presença de todas as Câmaras, no mesmo dia da Assembleia da CULT. Ainda no que toca ao QREN para 2007-2013, a reunião não foi conclusiva, até porque da parte do Governo ainda existem muitas decisões a tomar em relação aos Programas Operacionais e à divisão dos montantes. Foram no entanto escolhidos três temas fortes do QREN, que têm que ser preparados pelas Câmaras: a requalificação dos recursos humanos, ambiente e desenvolvimento económico. Embora o Governo português tenha apostado em entregar em 1 de Novembro na Comunidade Europeia as propostas do País, o trabalho interno vai continuar para além disso e muito provavelmente só no Verão de 2007 poderão ser efectuadas as candidaturas de forma a dar início aos trabalhos. Com base nos três temas fortes irão decorrer na região reuniões temáticas com outros agentes, nomeadamente a NERSANT, Instituto Politécnico e outros parceiros, que devem participar no desenvolvimento regional, fazer as suas propostas e ser parceiros em toda esta estratégia que interessa à região.-----

--- Em relação aos Seguros, o concurso dos seguros de pessoal e viaturas está concluído, estando nas Câmaras para apreciação e para celebração de contratos. O mesmo não se passa com o concurso do Património, que está neste momento a ser preparado. -----

--- Relativamente às Águas do Ribatejo, em 30 de Março, numa reunião em que estiveram presentes todos os Presidentes das nove Câmaras interessadas nesta empresa, foi decidido por unanimidade homologar o relatório final da Comissão de Análise. Passados uns dias, os Presidentes entenderam suspender o processo de concurso, para que se recolhessem pareceres jurídicos que fundamentassem de forma segura a decisão que se viesse a tomar. Nessas reuniões, onde têm estado presentes todos os Presidentes, entendeu-se que a Comunicação Social tinha ido longe naquilo que tinha tornado público. Estando também presente nas reuniões, o senhor Presidente

da Câmara Municipal de Santarém esteve sempre imbuído de um espírito de perfeita solidariedade e de comunhão de ideias, nunca votando contra nenhuma das propostas que estiveram em discussão. Mas aquilo que a Comunicação Social fazia eco não era exactamente aquilo que se passava nas reuniões. Por força deste desencontro foi decidido nessas reuniões que os Presidentes de Câmara deviam falar para a Comunicação Social a uma só voz e recaiu sobre o Presidente da Junta da CULT a responsabilidade de falar em nome dos Presidentes interessados neste Projecto. Assim, o senhor Presidente da Junta da CULT afirmou duvidar de algumas notícias que têm sido tornadas públicas pela Comunicação Social, porque não correspondem exactamente àquilo que se tem passado nas reuniões. O senhor Presidente da Junta da CULT disse ter optado por não falar à Comunicação Social. Quando houve uma decisão que interessava ser conhecida, foi redigido um documento aprovado por unanimidade pelos Presidentes. Essa informação foi distribuída na Comunicação Social, bem como na Assembleia da CULT. Para além disso, o senhor Presidente da Junta da CULT informou que o senhor Presidente da Câmara Municipal de Santarém teve a oportunidade de se penitenciar em reuniões da Junta da CULT, por ter utilizado o termo “contrapartidas”, que, segundo ele, e porque é um autarca novo nestas funções, não devia ter utilizado. O termo correcto seria a “permuta”. Essa explicação foi aceite pelos restantes membros da Junta da CULT. O senhor Presidente da Câmara Municipal de Santarém entende que, dado que a sede da empresa Águas do Ribatejo ficará em Santarém, tem o direito de permutar o terreno. Foi unânime por parte dos restantes Presidentes que é uma atitude perfeitamente justa e de estranhar seria que o senhor Presidente da Câmara de Santarém não tivesse esse direito. O senhor Presidente da Junta da CULT adiantou que na reunião da Junta da CULT, decorrida em Coruche no dia 22 de Junho de 2006, foi decisão de todos os Presidentes de Câmara da Lezíria continuarem com o concurso, porque o parecer do Gabinete Jurídico contactado foi peremptório, não havendo razão nenhuma para que o concurso não prosseguisse normalmente. -----

--- Relativamente à reclamação acerca do concurso de Higiene e Segurança no Trabalho, este problema foi levantado em primeira mão na Câmara Municipal de Almeirim, isto porque nos documentos que foram presentes ao Executivo para deliberar sobre a celebração do contrato não se escondeu que a empresa ganhadora não estava credenciada. Aliás, nenhuma empresa concorrente estava credenciada. Isso levou a consultar o IDICT sobre a situação, que era anómala. A resposta do IDICT foi assumir a culpa de não estar a despachar com o ritmo adequado os pedidos de credenciação que tinham em seu poder. O IDICT assumiu que seria natural que se adjudicasse à empresa ganhadora, visto que nenhuma das outras cobria esse requisito de credenciação. Segundo o senhor Presidente da Junta da CULT, a questão que se põe neste momento é a seguinte: é melhor adjudicarmos à empresa ganhadora que nos outros requisitos cumpre as exigências da Lei e termos alguém que cubra também as exigências que as leis incumbem aos Municípios, ou pura e simplesmente anulamos o concurso. A adjudicação é temporária e a empresa terá que cumprir o requisito de entregar a credenciação. Entretanto, a CULT estará atenta à evolução do licenciamento e à maneira como o IDICT vai responder a estes pedidos de credenciação.-----

--- No que toca ao pedido por parte dos membros da Assembleia da CULT, para que lhes seja fornecida informação escrita daquilo que a Junta realiza entre reuniões, o senhor Presidente da Junta da CULT disse estar de acordo com a solicitação.-----

--- Em relação ao estado do IC13 e IC10, o senhor Presidente da Junta da CULT informou que não chegaram mais informações. Por não terem chegado, a Junta da CULT pediu ao senhor Secretário de Estado uma reunião para se discutir o estado actual destes ajustes. No entanto, até agora ainda não foi marcada essa reunião entretanto solicitada na sequência das intervenções da última Assembleia da CULT.-----

--- Em relação à sugestão da compra de aparelhos para avaliar as fugas, é uma questão a ponderar, bem como a possibilidade de adquirir e prestar esse

serviço aos Municípios.-----

--- No que diz respeito à situação da OPEL, a Junta da CULT também já aprovou uma moção de apoio aos trabalhadores e amanhã terá lugar uma marcha de trabalhadores em direcção à Assembleia da República. Vão lá estar alguns Presidentes de Câmara em solidariedade para com os trabalhadores e Presidente da Junta da CULT informou que também iria estar presente.-----

--- No que toca ao ADSL e a outros pormenores, o senhor Presidente da Junta da CULT solicitou à senhora Presidente da Assembleia da CULT que fosse o Senhor Administrador Executivo da CULT a usar da palavra, solicitação que foi aceite.-----

--- Usou da palavra o senhor **Administrador Executivo da CULT**, que relativamente à questão do ADSL, informou que foi pedido para ser feito um levantamento sobre a Banda Larga em termos da Lezíria do Tejo, isto para ficarmos informados sobre a situação da ADSL.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT (PS)**, solicitando aos senhores deputados pedidos de esclarecimento à Presidência da Junta da CULT.-----

--- Usou da palavra o senhor deputado **João Lopes (PSD)**, para pedir esclarecimentos sobre o concurso de Higiene e Segurança no Trabalho. Relativamente a esta questão, prosseguiu o senhor deputado, o contrato tinha estipulado que havia a possibilidade de anulação, caso a empresa não obtivesse a licença. O senhor deputado colocou de seguida algumas questões. Porque não assumir então um determinado prazo até ao final do qual a empresa teria que ter a licença? Porque é que o concurso não foi logo limitado a quem tivesse licença? Não seria possível estender o contrato das empresas que estão a prestar os serviços de higiene e segurança no trabalho nas Câmaras Municipais, até que este problema se resolvesse?-----

--- Usou da palavra a senhora deputada **Isabel Maria Pinto de Almeida (BE)**, que, relativamente ao contrato celebrado na Higiene e Segurança no Trabalho, afirmou que se o programa de concurso exigia como documento obrigatório a

certificação pelo IDICT, não havia outra solução senão excluir todos os concorrentes. Segundo a senhora deputada, esta decisão põe em causa o princípio de igualdade, porque haveria certamente concorrentes que também estavam à espera da certificação e não concorreram porque não tinham esse certificado. De acordo com a senhora deputada, seria mais correcto contactar o IDICT, de forma a saber se efectivamente haveriam empresas que tivessem esse certificado e, verificando-se que o concurso público ficou deserto, recorrer-se ao concurso limitado pedindo elementos ao IDICT. Para a senhora deputada, não há outra solução a tomar senão a anulação do concurso e o recurso ao concurso limitado.-----

--- Usou da palavra o senhor deputado **Carlos Catalão (PS)**, que agradeceu ao senhor Presidente da Junta da CULT a explicação clara que fez em relação às Águas do Ribatejo. De acordo com o senhor deputado, trata-se de uma questão populista e demagógica, não sendo por acaso que já não é o senhor Presidente da Câmara Municipal de Santarém a falar para os jornais, mas sim o senhor Vice-Presidente. O senhor deputado adiantou que, como disse o senhor Presidente da Junta da CULT, o senhor Presidente da Câmara de Santarém é jovem, ainda não está dentro destes meandros e portanto pode dizer as barbaridades que entender. Em relação à questão que o senhor Presidente da Junta da CULT abordou sobre o QREN, o senhor deputado considerou importante que os deputados da Assembleia da CULT pudessem reunir-se no futuro para discutirem as grandes opções e o que vai ser feito em termos de QREN, uma vez que tal vai condicionar a vida da Lezíria do Tejo nos próximos anos. O senhor deputado considerou que a Assembleia da CULT deveria reunir-se exclusivamente para abordar este tema.-----

--- Usou da palavra o senhor deputado **Armindo Bento (PS)**, dizendo que, primeiro, há empresas certificadas e, segundo, o que devia ter sido feito era a exclusão do concorrente Martins Reis – Higiene e Segurança, LDA, nos termos do nº2 do Artigo 105 do Decreto-Lei 197/99, de 8 de Junho, por se tratar de uma empresa de construção civil. As outras Câmaras Municipais do País excluíram

esta empresa, porque há empresas certificadas. O senhor deputado afirmou que se a CULT continua a não querer assumir esta situação, ela tornar-se-á muito grave, já que as Câmaras Municipais que estarão a fazer contratos com uma empresa que não pode exercer as funções. Assim, o que a CULT devia ter feito era consultar as empresas certificadas para exercer essa função.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT (PS)**, que, como tal, solicitou à Assembleia da CULT que apresentasse uma proposta de recomendação relativamente ao concurso de Higiene e Segurança no Trabalho, para ser remetida à Junta da CULT. Solicitou ainda que essa recomendação tivesse o contributo do senhor deputado Armindo Bento, juntando o nome das empresas que estão credenciadas para ser possível consultá-las.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT (PS)**, que solicitou que até ao final da sessão, caso tivessem considerado correcta a proposta do senhor Presidente da Junta da CULT, os senhores deputados redigissem a proposta, para ser submetida à votação.-----

--- Tendo sido colocada à votação a proposta do senhor Presidente da Junta da CULT, de elaboração de uma proposta de recomendação por parte dos senhores deputados, não só acerca dos procedimentos como acerca das empresas que deverão ou não integrar este processo, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE**.-----

--- A senhora Presidente da Assembleia da CULT prosseguiu com os trabalhos, solicitando novamente aos senhores deputados que uma forma mais ágil de discutir e aprovar as moções apresentadas. A senhora Presidente da Assembleia da CULT mostrou-se agradada com as propostas efectuadas sobre a elaboração de um relatório de actividades da Junta da CULT entre Assembleias. No fundo, este relatório servirá para a Assembleia da CULT ter conhecimento, à semelhança daquilo que já se faz nos Municípios, da actividade desenvolvida, ficando a Assembleia mais informada e mais habilitada para defender a Comunidade Urbana.-----

--- Quanto à moção apresentada pela CDU sobre a revisão da Lei das Finanças

Locais, a senhora Presidente da Assembleia da CULT lembrou que está a decorrer uma negociação sobre esse assunto. A senhora Presidente considera que a avaliação dos procedimentos, dos instrumentos de controlo financeiro, dos instrumentos de gestão, de recursos humanos, da capacidade de endividamento das autarquias, enfim de um conjunto de aspectos, deve ser objecto de regulamentação própria e de uma lei própria. O cumprimento ou incumprimento é uma questão que afecta todas as forças políticas na sua diversidade, não só de princípios como também de formas de intervenção. Por isso, segundo a senhora Presidente da Assembleia da CULT, não devemos ter preconceitos em que nos avaliemos, nem em criar esses mesmos mecanismos de avaliação. -----

--- Quanto à questão dos ICS, o senhor deputado Manuel Coelho tinha posto a questão relativamente a moções entradas noutra mandato. No seguimento desta intervenção, a senhora Presidente solicitou ao senhor deputado, caso achasse ainda pertinentes e após os contactos do senhor Presidente da Junta com o senhor Secretário de Estado, que fizesse novas moções sobre estas questões, uma vez que já se fechou um ciclo.-----

--- No que toca ao ADSL, a senhora Presidente da Assembleia da CULT considerou positivo que se fizesse o levantamento da cobertura de ADSL. Até no âmbito até do Ribatejo Digital, este levantamento será uma informação complementar para a Comunidade Urbana.-----

--- Quanto à questão da moção da CDU acerca do encerramento da fábrica da OPEL, a senhora Presidente da Assembleia da CULT saudou o senhor Presidente da Junta da CULT pela iniciativa civil que voluntariamente vai tomar e adiantou que todos os deputados estarão com certeza solidários com os trabalhadores. Relativamente ao mesmo assunto, a senhora Presidente prosseguiu dizendo que concordava com algumas observações que foram feitas na Assembleia, acerca da forma de redacção da moção e de outras moções. Lembrou também que decorre um processo negocial, que tem não só a ver com as questões dos direitos dos trabalhadores, mas também com a questão das

contrapartidas e do enquadramento social, caso se verifique o efectivo fecho da OPEL de Azambuja. Estando a decorrer um processo negocial, a senhora Presidente considerou um pouco excessiva a forma de redacção no que concerne os termos “exigir do Governo”. Obviamente que se recomenda, se pede ou se solicita ao Governo que continue a actuar de forma forte e empenhada neste processo. Aliás foi referido pelo senhor deputado da CDU que o Governo está empenhado neste processo. Obviamente que estando a decorrer um processo negocial, não foi só há sete semanas que este processo teve o seu início. Há todo um processo negocial que está a desenvolver-se e para o qual todo o nosso contributo poderá ser bastante significativo.-----

--- Usou da palavra o senhor deputado **Carlos Alberto Salvador Pernes (CDU)**, que tendo ouvido o repto da senhora Presidente em relação à palavra “exigir”, informou que os deputados da CDU estariam dispostos a colocar a palavra “solicitar”, isto se for apenas uma questão de redacção em relação a esse termo.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT (PS)**, que disse concordar com a posição do grupo do Partido Socialista, uma vez que a palavra “exigir” era apenas uma das questões com a qual não estava de acordo. Também o terceiro parágrafo e o sétimo parágrafo, no ponto 2, lhe suscitavam muitas dúvidas. No entanto, agradeceu e registou com muito agrado a abertura dos senhores deputados da CDU para atenuar a forma excessiva como a moção foi apresentada.-----

--- A senhora Presidente da Assembleia da CULT submeteu de seguida à votação as moções entregues na Mesa da Assembleia.-----

--- Submetida à votação a moção “Preocupação e Solidariedade para com os trabalhadores da Fábrica da OPEL na Azambuja”, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor – 18 -----

--- Abstenções – 9 -----

--- Submetida à votação a moção de recomendação à Junta da CULT para fazer todos os esforços, junto das entidades governamentais responsáveis, para tornar mais céleres os estudos e projectos definitivos do IC3, com vista à sua concretização no mais curto espaço de tempo possível, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE**.-----

--- Submetida à votação a moção de desacordo com a proposta da nova Lei das Finanças Locais, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor – 12 -----

--- Votos contra – 8 -----

--- Abstenções – 7-----

--- Submetida à votação a moção de congratulação com os resultados obtidos pela Selecção Nacional de Futebol no Campeonato Mundial de 2006, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor – 26 -----

--- Votos contra – 1 -----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT (PS)**, para dar conta da entrada de correspondência na Mesa da Assembleia, com pedidos de substituição e pedidos para se efectuarem algumas alterações e rectificações às duas actas que iriam ser submetidas à votação. Nesse sentido, solicita-se um pedido de alteração à acta nº5. Na página 124, no último parágrafo, deve retirar-se o nome António José Pereira Góis dos Santos Nascimento e colocar João Miguel Gonçalves Lopes, e deve eliminar-se o nome Carlos José Pratas da Silva. No parágrafo seguinte deve incluir-se o seguinte texto: “António José Pereira Góis dos Santos Nascimento, João Miguel Gonçalves Lopes e Vítor Manuel Marques Damião apresentaram a respectiva justificação da falta”. Reposta esta imprecisão, a senhora Presidente da Assembleia da CULT submeteu à votação a Acta da 5ª Assembleia da

Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, que foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor – 25-----

--- Abstencões – 2-----

-----  
--- Usou da Declaração de Voto o senhor deputado **João Lopes (PSD)**, afirmando que a sua abstenção se deveu ao facto de não ter estado presente na referida reunião.-----

--- Usou da Declaração de Voto o senhor deputado **Paulo Espírito Santo (PS)**, afirmando que a sua abstenção se deveu ao facto de não ter estado presente na referida reunião.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT (PS)**, que passou à rectificação da acta nº6, da sessão da Assembleia da CULT realizada aos 5 dias do mês de Maio. Na terceira linha final da página 157, deve retirar-se “em substituição de Adelino Cruz”. Submetida à votação a Acta nº6 da Assembleia da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor – 21-----

--- Abstencões – 6-----

-----  
--- Usou da Declaração de Voto o senhor deputado **António Rodrigues (CDU)**, afirmando que a sua abstenção se deveu ao facto de não ter estado presente na referida reunião. -----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT (PS)**, que registou a intervenção do senhor deputado. No entanto, afirmou ter sido solicitado aos senhores representantes das forças políticas que estão na Mesa da Assembleia que solicitassem aos membros dos seus grupos parlamentares que, em virtude de ter havido deficiência no sistema de gravação e de não existirem dados suficientes para atestar todas as informações que vinham na Acta, comunicassem à Mesa até ao momento da votação destas mesmas actas

quaisquer alterações.-----

--- Usou da Declaração de Voto a senhora deputada **Isabel Pinto de Almeida (BE)**, afirmando que a sua abstenção se deveu ao facto de não ter estado presente na referida reunião. Adiantou que não apresentaria justificação de falta porque o motivo, apesar de ser forte, não se enquadrava dentro dos parâmetros habituais.-----

--- Usou da Declaração de Voto a senhora deputada **Maria Margarida Avelar Santos Nunes Netto (CDS-PP)**, dizendo que a sua abstenção se deveu ao facto de não ter estado presente na referida Assembleia.-----

--- Usou da Declaração de Voto o senhor deputado **Paulo Espírito Santo (PS)**, afirmando que a sua abstenção se deveu ao facto de não ter estado presente na referida reunião.-----

--- A senhora Presidente da Assembleia da CULT passou de seguida para o **segundo ponto da Ordem do Dia: Apreciação e Votação da primeira revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano**, solicitando a intervenção do Senhor Presidente da Junta da CULT.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT (PS)**, dizendo que a proposta de revisão do orçamento resulta da necessidade de cumprir regulamentarmente a obrigação de fazer a introdução do saldo da conta de gerência do ano anterior. Com esta introdução do saldo, a CULT fez o reforço de algumas rubricas que os serviços entenderam ser necessário reforçar. Foram levadas a cabo algumas acções, a começar pelos vinhos do Ribatejo, que procuraram criar condições para responder financeiramente ao movimento financeiro da realização do Festival Nacional do Vinho, que decorreu durante a Feira Nacional de Agricultura. Foi também aberta uma rubrica para o futuro concurso para a manutenção dos espaços verdes dos vários Municípios da CULT, em busca mais uma vez da obtenção de economias de escala.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT (PS)**, que abriu o debate sobre o segundo ponto da Ordem do Dia.-----

--- Usou da palavra o senhor deputado **Carlos Manuel Russo Mota (PS)**,

mencionando a dotação de 120 000 Euros para a Promoção dos Vinhos do Ribatejo. Lembrou a promoção dos vinhos do Ribatejo efectuada há alguns anos com a implementação da Rota do Vinho, dizendo que o dinheiro gasto na implementação da referida Rota teve como resultado pouco mais que zero. Mostrou, assim, algumas reservas para com este tipo de promoções. No entanto, desejou o maior sucesso para as iniciativas que forem desenvolvidas nesta área e lembrou o drama por que estão a passar centenas de agricultores no Ribatejo, que neste momento não conseguem ver escoadas as suas produções. Terminou deixando a sua solidariedade e o seu empenho pessoal, e naturalmente dos elementos que integram o Partido Socialista, mostrando-se disponível a estar de alma e coração nas acções que vierem a ser desenvolvidas em prol da promoção dos vinhos do Ribatejo.-----

--- Usou da palavra o senhor deputado **Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes (CDU)**, questionando se, no que toca à manutenção de espaços verdes, a verba tão pequena diria respeito apenas à abertura do concurso. Relativamente à promoção dos vinhos do Ribatejo, pretendeu saber como é que esta verba vai ser gasta ou já foi gasta. Quis também saber se o valor gasto na Mostra de Vinhos, na Feira Nacional de Agricultura, correspondeu aos custos integrais dessa Mostra ou se a mesma foi comparticipada por outras entidades, bem como se este valor foi todo ele gasto nesta iniciativa ou se será gasto noutras iniciativas durante o ano de 2006, e em quais.-----

--- Usou da palavra a senhora deputada **Maria Luísa de Freitas Pato Afonso Dias (PSD)**, começando por afirmar que a bancada do PSD não questiona a introdução das duas rubricas nas Grandes Opções do Plano da CULT. São duas iniciativas que merecem aprovação, relativamente ao facto da gestão ser feita pela CULT. No que toca à manutenção de espaços verdes, e sabendo que é um serviço que gasta muito dinheiro às autarquias, a senhora deputado considerou que a articulação entre os vários Municípios resulta numa economia de mercado vantajosa para todos os Municípios. No que toca à questão da promoção dos vinhos do Ribatejo, também foi acolhida com bom grado pela

senhora deputada. No entanto, o facto da Junta da CULT dizer que o primeiro passo que se deu na promoção dos Vinhos do Ribatejo foi com o pavilhão dos vinhos na Feira Nacional de Agricultura, durante o Festival Nacional de Vinhos, não vem em boa altura, porque é uma iniciativa que teve a sua origem no Município do Cartaxo e que, no entendimento do PSD do Cartaxo, foi uma derrota pessoal do senhor Presidente da Câmara Municipal do Cartaxo, que teve que transferir o Festival para Santarém devido à falta de êxito que teve no Município. Por outro lado, parece desajustado ao PSD que agora, a 28 de Junho de 2006, surja a introdução destas duas rubricas nas Grandes Opções do Plano, quando o evento já teve lugar. Ou seja, parece que os deputados da Assembleia da CULT foram apenas chamados a ratificar uma despesa. A senhora deputada lembrou que nos Estatutos da CULT, no artigo 27º do nº 3, diz que “a execução do Orçamento respeitará a natureza e o Orçamento das verbas previstas para que, nomeadamente na efectivação das despesas, se respeite os princípios de autorização dependentes de cabimento na dotação orçamental”. Segundo a senhora deputada, os deputados da Assembleia estão apenas a ratificar uma despesa e não cabe aos membros da Assembleia da CULT essa ratificação, mas sim autorização, tendo os membros da Junta ultrapassado as suas competências.-----

--- Usou da palavra o senhor deputado **João Lopes (PSD)**, referindo que as contas deveriam ser assinadas. Só isso prova que efectivamente são as contas finais e as contas aprovadas na Junta da CULT. O senhor deputado quis também saber porque é que o total das despesas de alteração às despesas é de 1 milhão 251 110, 56 Euros. E o total de alteração das despesas no GOP é 1 milhão e 29. Pretendeu ainda saber qual o compromisso já assumido para haver uma dotação orçamental. Ele tem que passar sempre primeiro pela Assembleia, para haver uma alteração ao Orçamento, sendo a Assembleia o órgão máximo da CULT.-----

--- Usou da palavra o senhor deputado **Carlos Catalão (PS)**, lembrando que em relação à promoção dos vinhos do Ribatejo, ao contrário do que disse a senhora

deputada do PSD, Luísa Pato, não existe nenhuma derrota do senhor Presidente da Câmara Municipal do Cartaxo. É antes a resposta a um desafio que foi lançado ao Senhor Presidente da Câmara pelo senhor Governador Civil do Distrito de Santarém, no âmbito da promoção de um produto genuinamente ribatejano e que, face a outras regiões do País, não tem sido devidamente valorizado. Por seu lado, uma vez que no próximo Quadro Comunitário de Apoio as promoções de produtos regionais vão ter uma componente importante, o senhor deputado lembrou que na região do Ribatejo poder-se-ão trabalhar noutras acções para além dos vinhos, como o azeite, os produtos hortícolas frescos, a floresta ou os novos produtos vocacionados para a produção de bio-combustíveis. Portanto, existe matéria onde podemos fazer promoções e acções em conjunto com as várias Câmaras, de forma integrada. O senhor deputado frisou novamente que não foi uma derrota pessoal do Presidente da Câmara do Cartaxo, mas antes uma visão estratégica, para que a promoção dos vinhos da região fosse não só do Cartaxo mas também de Almeirim, Alpiarça e de outras zonas que têm forte poder de produção. Segundo o senhor deputado, é uma riqueza que temos que preservar e em boa hora foi aceite esse desafio.-----

--- Usou da palavra a senhora deputada **Isabel Pinto de Almeida (BE)**, dizendo que o saldo de gerência do ano anterior é de 1 milhão 250 mil, mas o que é certo é que nem a 10% chega a verba que é afectada à promoção dos vinhos do Ribatejo e à manutenção dos espaços verdes da CULT. No que diz respeito à manutenção dos espaços verdes da CULT, a senhora deputada questionou se a verba que foi inscrita seria apenas para abrir a rubrica, uma vez que era pouca. Em contrapartida, analisando as rubricas ligadas ao Ribatejo Digital, que segundo a senhora deputada já estavam bastantes avultadas, as mesmas foram reforçadas em quase 900 000 Euros, passando a um valor global de 6 milhões de Euros e existindo um reforço de cerca de 700 000 Euros em software. Na opinião da senhora deputada, são verbas bastante elevadas. Logo, pretendeu ver esclarecidas a que é que as mesmas reportam.-----

--- Usou da palavra o senhor **Administrador Executivo da CULT**, para dar esclarecimentos à Assembleia da CULT. Na parte descritiva, referiu que efectivamente está descrito um reforço de 700 000 Euros em termos de software, mas este tem a ver com a última fase da candidatura apoiada e que diz respeito à eventual implementação nos Municípios associados da gestão documental, workflow e Intranet. A CULT deixou esta componente para o fim, porque tem que ser estudada em termos de reengenharia de processos e definidos alguns fluxogramas, de acordo com os software-houses que estão nos Municípios, nomeadamente AIRC e MEDIDATA. Muito recentemente foram desenvolvidas estas aplicações e os montantes que a CULT tinha previstos no Ribatejo Digital em termos de candidaturas têm que ser reforçados. Cada aplicação ronda cerca de 50 000 Euros. Daí a existência do referido reforço.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT (PS)**, afirmando que a promoção dos vinhos do Ribatejo, como já tinha sido dito pelo senhor deputado Carlos Catalão, é uma iniciativa que visa dar o primeiro passo no lançamento dos vinhos do Ribatejo. A iniciativa partiu do Governo Civil, em parceria com a CVR, e teve o seu primeiro passo no Festival de Vinhos na Feira Nacional de Agricultura. O senhor Presidente da Junta da CULT adiantou que a CULT está a tentar promover uma candidatura ao Valtejo, que faça a promoção dos vinhos e da marca Ribatejo, com o objectivo de criar uma imagem para o Ribatejo em vários produtos da Região. O senhor Presidente informou que os referidos 120 000 Euros são exclusivamente para pagar a Mostra que esteve patente na Feira Nacional de Agricultura, estando incluídos os custos do pavilhão, completamente decorado e reconvertido, a publicidade, os stands e o pessoal que esteve a trabalhar. No entanto, esta promoção insere-se num programa mais vasto que está a ser montando neste momento e que se pretende que possa estender-se à tal promoção da marca Ribatejo e ao QREN. A CULT tem a promessa de que no QREN sejam criadas condições de elegibilidade para continuarmos, entre 2007 e 2013, a fazer a promoção agora iniciada. Os 120 000 Euros assumidos como responsabilidade da CULT pela

mostra que decorreu não estão pagos. Assim, a CULT necessita dessa dotação orçamental, quer para fazer a candidatura, quer para poder fazer os pagamentos das despesas que entretanto foram feitas. No entanto, o senhor Presidente da Junta da CULT afirmou que não se estão a ratificar pagamentos, mas antes a autorizar o pagamento dessas despesas, até porque ao momento não tinha nenhuma facturas para pagar.-----

--- Usou da palavra o senhor deputado **João Lopes (PSD)**, dizendo não ter ouvido qualquer comentário relativamente ao facto do montante das despesas ser 1 milhão 251 mil Euros e do montante do GOP ser 1 milhão e 29 mil Euros. Solicitou um esclarecimento sobre isso. Para além disso, afirmou que se a Assembleia aprovasse esta revisão agora, elas depois constaria numa acta, e só com a aprovação da acta é que ela passaria a efectiva. Sendo assim, sugeria que fosse feita uma aprovação por minuta.-----

--- Usou da palavra a senhora deputada **Isabel Pinto de Almeida (BE)**, lembrando a questão que colocada pela senhora deputada da bancada do PSD e dizendo que todas as despesas só podem ser autorizadas com cabimento orçamental. Perguntou como é que era possível que se estivesse naquele momento a obter cabimento orçamental, quando as despesas já tinham data anterior. Lembrou que qualquer despesa, para ser efectuada, tem que ter cabimento orçamental.-----

--- Usou da palavra o senhor **Administrador Executivo da CULT**, respondendo à dúvida colocada pelo senhor deputado João Lopes. Explicou que a diferença que existe não está inscrita nem em GOPS, nem em acções mais relevantes. Está distribuída por outras rubricas, que podem ser observadas nos documentos entregues, como por exemplo o reforço da rubrica 01 - Despesas com Pessoal.-----

--- Usou da palavra o senhor deputado **José Braz (CDU)**, que quis saber que relações institucionais, protocolos ou negociações terão havido ou ainda não com a Região de Turismo do Ribatejo, tendo em conta todas as responsabilidades que ela tem e tem tido na promoção do turismo da Região.

Questionou também se este tipo de acções serão paralelas ou não e se têm algumas repercussões no futuro ou se poderão criar conflitos institucionais, o que não era aconselhável. Segundo o senhor deputado, devemos tentar reunir todas as sinergias necessárias e todos os esforços, de forma a potenciar estas actividades que são realmente relevantes para a região.-----

--- Usou da palavra a senhora deputada **Luísa Pato (PSD)**, informando que não iria aprovar o Orçamento, nem sequer com o argumento do senhor Presidente da Junta da CULT de que não tem uma factura, uma vez que a factura emitida em relação ao evento Festival Nacional de Vinhos tem que ter a data imediatamente a seguir ao Festival. A senhora deputada lembrou que durante a sessão se debateu uma nova Lei das Finanças Locais, em que os deputados da Assembleia da CULT defendem a transparência e o realismo das contas públicas. Por outro lado, estão a aprovar uma despesa já efectuada. De acordo com a senhora deputada, a Junta tomou a iniciativa de fazer a promoção, autorizou a despesa e agora a Assembleia está a ratificar a despesa autorizada pela Junta, o que não é competência dos deputados da Assembleia, porque estes são soberanos nesse ponto em relação à Junta.-----

--- Usou da palavra o senhor deputado **Carlos Catalão (PS)**, que lembrou que a CULT poderia ter inserido esta despesa em qualquer ponto das outras rubricas. No entanto, não o fez e está a apresentar esta despesa de forma clara à Assembleia. Relativamente ao QREN, o senhor deputado sugeriu que a Junta da CULT levasse a cabo uma reunião com os elementos da Assembleia, para dar conta dos objectivos ou planos futuros da CULT no que toca aos fundos vindos do QREN.-----

--- Usou da palavra o senhor deputado **António Rodrigues (CDU)**, afirmando que se a Junta tivesse actuado a tempo e horas, poderia ter trazido a questão do Festival Nacional de Vinhos num ponto da ordem de trabalhos da última Assembleia, realizada em Maio. Em princípio, a posição dos senhores deputados seria a de apoiar esta diligência. Sendo o assunto colocado à posteriori, o senhor deputado disse estar de qualquer forma disponível para

ratificar, tal como estaria na Assembleia anterior. Até porque, e lembrando as declarações do senhor deputado Carlos Catalão, a CULT poderia pagar esta despesa inserindo-a nas outras rubricas.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT (PS)**, frisando que o Festival Nacional de Vinhos pertence a uma acção mais vasta que está a ser programada para ser candidatada. Uma vez que o Governo assim o decidiu e uma vez que a CVR não é uma entidade com possibilidade de se candidatar a acções deste tipo, a CULT emprestou o seu nome para fazer esta candidatura. No fundo, quem vai pagar esta despesa é o Valtejo, e a contrapartida nacional é a CVR. A CULT não vai despende nem um tostão no que diz respeito a esta acção. A CULT emprestou o seu nome para que a acção se pudesse concretizar e para que as facturas e os pagamentos pudessem ser feitos.-----

--- Estando prestados os esclarecimentos, a senhora **Presidente da Assembleia da CULT (PS)**, considerou bastante pertinente o empenho da CULT na promoção da marca e dos vinhos do Ribatejo, bem como a preocupação de viabilização da candidatura ao Valtejo.-----

--- Em segundo lugar, estando no documento de revisão e de apresentação das Grandes Opções do Plano uma nova rubrica para a manutenção dos espaços verdes da CULT, a senhora Presidente da Assembleia da CULT solicitou ao senhor Presidente da Junta da CULT que contemplasse ou contactasse as instituições da economia social. Existe um conjunto de instituições da economia social que prestam serviços de manutenção e construção de espaços verdes, nomeadamente as CERCIS, as APPACDMS e os CRIAS. A representar as CERCIS está a FENARCERCI, nas AAPAS temos a HUMANITAS e a representar os CRIAS temos a UNICRISANO, que se podem constituir como entidades prestadoras de serviços nestas áreas. A senhora Presidente da Assembleia da CULT assegurou que as experiências que têm sido desenvolvidas por todo o País, em colaboração muito estreita com as autarquias locais, têm sido experiências de sucesso, não só pela qualidade do serviço prestado, como também pela rentabilização desse mesmo serviço.-----

--- Em seguida, a senhora Presidente da Assembleia da CULT submeteu à votação o documento de revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, tendo sido **APROVADO POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor – 19 -----

--- Votos contra – 5 -----

--- Abstenções – 2 -----

-----  
--- A senhora **Presidente da Assembleia da CULT (PS)** solicitou, seguidamente, aos senhores deputados que a mesma votação fosse aprovada em minuta, tendo sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**.-----

--- Usou da Declaração de Voto a senhora deputada **Luísa Pato (PSD)**, dizendo que o PSD votou contra a revisão do Orçamento, por entender que a sua forma está inquinada de um vício que é contra os Estatutos da CULT. Explicou que o PSD não estava contra a introdução da promoção dos vinhos do Ribatejo, considerando esse gesto meritório, nem contra a promoção da manutenção dos Espaços Verdes através da CULT. No entanto, o PSD mostrou-se contra a questão de estar a ratificar à posteriori despesas autorizadas pela Junta, considerando esta situação pouco ética e pouco conforme a Lei. A senhora deputada acrescentou que não ficou esclarecido qual era a explicação do diferencial de uma verba de 200 000 Euros, entre o 1 milhão e 29 mil Euros do GOP e o 1 milhão 251 110 Euros na despesa. A senhora deputada concluiu dizendo que o PSD se reservava de eventualmente no futuro tentar obter outros pareceres sobre a validade desta decisão.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT (PS)**, lembrando que foi constituído um grupo de trabalho para avaliação e redacção final do Regimento da Assembleia da CULT, composto pelos deputados Armindo Bento, do PS, que lidera o grupo de trabalho enquanto força mais votada, João Osório, da CDU, António Rodrigues, do PSD, Isabel Pinto de Almeida, do Bloco de Esquerda, e Maria Margarida Netto, do PP. A Senhora Presidente da Assembleia da CULT voltou a solicitar para que os senhores

deputados Armindo Bento, Hélder Pombo, José Luís Cabrita, José Joaquim de Jesus Vaz, Bruno Miguel Lince Mariano Medinas, Manuel Santos Coelho, Luísa Pinheiro Portugal, Isabel Maria Pinto de Almeida, António Maria de Almeida Calado Maia, Luís Manuel Leandro da Silva, Pedro Filipe de Oliveira Soares Malaca, João Miguel Gonçalves Lopes e Carlos José Pratas da Silva contactassem o funcionário administrativo da CULT, por estarem alguns documentos ou fotografias ainda em falta nos processos individuais. Por último, e aderindo ao repto do senhor deputado Carlos Catalão, a senhora Presidente da Assembleia da CULT disse ficar a aguardar por parte da Junta da CULT a indicação da melhor data para a Assembleia se inteirar das propostas, objectivos e planos futuros que a CULT tem em relação ao Quadro de Referência Estratégico Nacional.-----

--- Não se verificando a existência de público para eventuais intervenções, e nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente da Assembleia da CULT deu por encerrada a sessão da Assembleia da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada por mim, Clara Cristina Simões Lopes, \_\_\_\_\_ que a redigi e subscrevi e pelos Presidente e Vice Presidentes da Mesa.-----

**---O PRESIDENTE**\_\_\_\_\_

**---O VICE PRESIDENTE**\_\_\_\_\_

**---O VICE PRESIDENTE**\_\_\_\_\_